

AMORIM, Maria Norberta - **Renovação de Gerações em Espaços Indivisos. As Gentes de Moure (Felgueiras) entre os séculos XVII e XX**, Ed. Casa de Sarmento, Guimarães, 2025, 427 pp.

1. Com a presença de largo público interessado (familiar, de Moure, da cidade e do aro do concelho, afinal aquele que sempre se mobiliza mesmo quando as autoridades autárquicas descaram sublinhar – oficialmente – acontecimento tão relevante como a edição de uma obra deste tipo e envergadura) teve lugar a apresentação pública deste livro na Biblioteca Municipal de Felgueiras, no passado dia 19 de Julho de 2025.

Maria Norberta de Simas Bettencourt Amorim, nasceu a 14 de Janeiro de 1943 nas Lajes do Pico, Açores. Licenciou-se em História, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (1971) e doutorou-se em História pela Universidade do Minho, onde foi professora catedrática e fundou e liderou o *Núcleo de Estudos de População e Sociedade* (NEPS). A sua ligação a Felgueiras estabeleceu-se por via do seu falecido marido, o Senhor Dr. Justino Amorim, médico residente na cidade da Lixa.

Conforme lemos na badana de apresentação deste seu novo livro, em 1985 tornou-se a primeira doutorada em História da Universidade do Minho com um estudo demográfico sobre a cidade de Guimarães e o seu enquadramento rural (1580-1819), com publicação em 1987. É hoje Professora Catedrática aposentada da Universidade do Minho. A criação nesta universidade do NEPS e do Mestrado em História das Populações, evidenciam a sua escolha de eleição como investigadora, a Demografia Histórica. Foi pioneira em Portugal nesta área de estudos (1973), criando um método próprio de «*reconstituição de famílias/paróquias*» que foi evoluindo com os avanços da informática.

Como foi já academicamente reconhecido, a organização em bases de dados da informação extraída dos *Registos Paroquiais*, mediante a «*metodologia de reconstrução de paróquias*» (conforme se exemplifica neste presente livro, bases abertas ao frutuoso cruzamento com informação nominal procedente de outras fontes e à convergência interdisciplinar) são hoje uma promessa e um ativo na moderna história social e da família.

Não admira pois que Maria Norberta Amorim se tenha tornado responsável científica do *Repositório Genealógico Nacional*, base de dados central, hoje alojada na Casa de Sarmento, Guimarães, com toda a informação organizada dos registos paroquiais ao longo do território português que resistiram às vicissitudes do tempo (dos primeiros registos, do século XVI, à época contemporânea), correspondendo à ambição de integrar, tratar, centralizar e tornar mais fácil e cientificamente operativa toda essa ingente massa informativa dispersa.

Como é evidente, além de dar resposta ao natural desejo e apetência das populações pelo conhecimento dos seus ascendentes e raízes, este repositório constituiu-se num útil instrumento ao serviço dos projetos de Demografia Histórica e História Social.

Como é natural foi sobre a população das ilhas dos Açores que incidiu muita da primeira atenção da açoriana Norberta Amorim. O afinamento metodológico foi se instalando, e a própria professora reconhece que foi «sobre uma freguesia da ilha do Pico», S. João, que em 1986, desenvolveu «um primeiro ensaio de aplicação da Informática à reconstituição de famílias». O repositório foi-se alargando às diferentes ilhas e destas ao continente, as técnicas informáticas foram progredindo, e Norberta Amorim, tal como se verifica neste livro, descobriu particularmente a riqueza informativa das matrizes prediais oitocentistas e as virtualidades do cruzamento dos dados destas, e das fontes corográficas, descritivas e outras, com os das bases de dados demográfico-genealógicos já disponíveis.

Assim, dos vinte e dois livros assinalados no *cientia vitae* de Norberta Amorim, além de livros predominantemente de metodologia, emerge superabundantemente a realidade da demografia histórica dos Açores, mas também as famílias e as populações de um quadro mais alargado à perspetivação ibero-americana e, naturalmente, também o Minho, Guimarães, e o Douro Litoral, particularmente agora Felgueiras.

Em 2023 Maria Norberta Amorim publicou *Raízes de uma Vila Industrial. As gentes de Ronfe (Guimarães) entre os séculos XVI e XX*. Guimarães, Casa de Sarmento. Ora essa recente obra (recenseada pela professora Ofélia Rey Castelao, catedrática de História Moderna da Universidade de Santiago de Compostela, no *Journal of Iberoamerican Population Studies*, XLI, I, 2023, pp. 185-180) segue justamente um método e uma tipologia que agora se concretiza auspiciosamente no livro consagrado a *Moure* e às suas gentes.

2. Do agradável manuseio preliminar deste belo volume, percebe-se, desde logo, a componente de motivações pessoais da autora. Desde início o leitor vai admirando a boa lógica sequencial das divisões da matéria, a clareza e limpidez da exposição e a coerente fidelidade a um plano de trabalho. Leal, simples e escorreito.

Este belo volume, *Renovação de Gerações em Espaços Indivisos. As Gentes de Moure (Felgueiras) entre os séculos XVII e XX*, constitui um importante acontecimento editorial no campo estritamente científico e académico da demografia histórica, mas erraria quem o julgasse apenas pelo viés técnico, aliás irrepreensível, ou pelo rigor dos dados apresentados e visualizáveis em quadros

e gráficos, tecnicamente modelares, segundo nos parece.

Na primeira parte da obra, intitulada «Espaço e População», depois de um primeiro capítulo (talvez excessivamente sumário, em razão da contemporaneidade das fontes usadas) sobre a «exploração» desse mesmo espaço, a autora passa a ocupar-se dos «comportamentos demográficos» da população de Moure, que compara graficamente com a por si já estudada e referida população de Ronfe, em Guimarães (gráficos a partir de dados globais de recenseamentos gerais da população portuguesa, e de dados globais a partir dos registos paroquiais e registo civil), passando outrossim a fazer microanálise dos comportamentos de nupcialidade, mortalidade e mobilidade desta população (pp. 45-72) que lhe permitem perceber como a população de Moure, ainda que isenta do «freio trazido pelas mortalidades de crise», não logrou crescimento sustentado antes de 1920 (p. 55).

Na Segunda Parte da obra («As gentes no espaço»), entramos propriamente na matéria do título *Renovação das Gerações em Espaços Indivisos*, prolongando-se num “providencial” documento muito bem explorado e “enriquecido” por Maria Norberta Amorim: o recenseamento completo da população de Moure feito pelo seu pároco no respetivo *Rol de Confessados de 1911* – irónica e significativa data! – indicando lugar por lugar, fogo por fogo, a relação nominal e etária dos membros de cada família e seus dependentes. Indispensáveis e breves notas finais, conclusivas, fecham este valioso e benemérito trabalho.

O alargamento do rastreio das gentes de Moure até ao século XX e a multiplicidade complementar de fontes, para além da exploração de dados dos clássicos e imprescindíveis livros paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, a saber: os *róis da cóngrua* e *de confessados* (e até dos membros do *Apostolado da Oração* desta freguesia do ano de 1902!), a consulta dos livros das matrizes prediais, dos inventários orfanológicos (havendo menores ou mentalmente incapazes na transmissão de propriedade), a consulta dos treslados de testamentos, das *Inquirições de Genere*, das *Saídas do cofre dos Orfãos*, dos registos de recenseamento militar, do *Registo de Passaportes* Internos, dos termos de consentimento para obtenção de passaporte e de abono da identidade de candidatos à emigração, ou ainda, como no caso de Ronfe, dos *livros de Visita* pastoral, do *livro* paroquial *de usos e costumes*, permitem a Maria Norberta Amorim completar de tal maneira a sua reconstituição histórica que, mais do que pura demografia histórica, estamos aqui, mais uma vez, diante da história social das populações. E não é uma história meramente abstrata e coletiva. Cada família pode encontrar aqui o rasto ou mesmo a trajetória dos seus antepassados.

Neste caso, especificamente, a atitude cultural destes municípios e nossos concidadãos felgueirenses e a sua consciência social identitária só têm a ganhar

com isso. Não terei dito, talvez, o mais importante: propiciando à história cultural e das mentalidades grandes achegas, a Professora Norberta Amorim está, ela própria, a fazer história da cultura. Há história da cultura sem conhecimento do quotidiano? Ora, conforme a mesma reconhece, a autora entra nesta obra bem no interior das casas dos moradores de Moure «numa aproximação ao seu quotidiano» (p. 420).

De facto, ao lograr reconstituir bastante exaustivamente as seculares trajetórias familiares da população deste espaço indiviso, de *feligreses*, unidos pelos laços da terra, do sangue e da fé comum até ao século passado, a autora propicia aos atuais concidadãos de Moure e Felgueiras a memória desta sua terra, capacidade de avaliar aquilo a que ela mesma chama «*Índice de Enraizamento*», afinal mensurável em bases objetivas. Ora as taxas de nupcialidade, de fecundidade e mortalidade não são – evidentemente – separáveis da mundividência e da atitude perante a morte dos nossos antepassados. Assim, lida a obra, concluímos por um importante índice de mobilidade, e se mesmo assim, se manifesta uma grande estabilidade do *habitat* familiar ao longo dos tempos, tal facto resulta de padrões de comportamento e cultura, aprendidos e transmitidos que nos conduziram ao momento presente. Uma história de estratégias de sobrevivência com sucesso, as destas terras de Felgueiras.

Não sou eu que o afirmo; quem o diz é a autora, na conclusão da obra. As instituições e a cultura, estão-lhe na base. E, com base na realidade, muito objetivamente, Norberta Amorim aponta para uma instituição providencial e cautelar na potenciação da coesão, estabilidade e progresso social: a multissecular *enfiteuse*. O insuspeito Alexandre Herculano, liberalíssimo nas ideias, já no seu tempo não tinha dúvidas sobre o papel histórico e méritos sociais deste regime de propriedade, cujos últimos resquícios, como se sabe, resistiram até 1975, até ao chamado “gonçalvismo”.

A base de dados de carácter demográfico-genealógica sobre a comunidade de Moure permite, em rico e múltimo cruzamento de fontes, acompanhar a renovação das gerações numa terra produtiva que manteve as suas terras, casais e quintas nas mesmas famílias ao longo de vários séculos, mercê de um sistema de arrendamento que não permitia a sua divisão – a instituição enfiteutica, precisamente. Permite também acompanhar as estratégias de sobrevivência – nesse espaço – de uma comunidade «saudável» nos parâmetros do Antigo Regime, «não sujeita a crises graves de mortalidade», com uma fecundidade próxima da natural até épocas tardias, casando tarde ou não casando e procurando em horizontes próximos ou «do outro lado do Atlântico» espaços novos para viver, conforme se sublinha nas *Notas Finais* da obra.

Sejam-nos agora lícitas, finalmente, duas breves reflexões de reserva crítica

sem nenhum menoscabo ou contradição relativamente ao que fica dito.

Por dever de ofício e método, o historiador nas “camadas estratigráficas do passado” tanto rastreia e valoriza continuidades como descontinuidades, repetições como singularidades, ambas faces de uma mesma realidade social. Em sintonia com as grandes continuidades assinaladas nesta freguesia felgueirense, que supomos mais ou menos replicadas na nossa freguesia de Santa Marinha da Pedreira e em geral nas freguesias do concelho e do Vale do Sousa (cf. *v.g.* LAGE, Maria Otilia Pereira, *Terras do Vale do Sousa e biografias de sucesso no quadro das migrações de longa distância*, Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães, C. M. de Guimarães, 1996, Vol. 7, pp. 45-97), em Moure, embora como singularíssima e expressiva particularidade, uma particularidade senhorial, radicada na concessão do usufruto de direitos régios consagrados no foral de Felgueiras, se conservava e conserva ainda, – meritória e felizmente – em família da descendência dos antigos «Senhores de Felgueiras», a *Casa de Marco de Simões*. Em si mesma, enquanto tal, efetivamente, um outro símbolo – afinal bem expressivo – de continuidades e permanências de uma sociedade complexa e multissecularmente habituada a “durar” e a “adaptar-se”.

Esta casa suscitou à autora algumas sumaríssimas anotações e não menos breves legendas de três modestas fotografias, ficando infelizmente omissa, talvez por pura igualização no modelo descritivo de casas e quintas adotado, a valorização do especial capital simbólico e patrimonial deste histórico solar, ficando quase só implícita a referência à especificidade linhagística e institucional dos seus moradores, e ainda omisso um aspeto sócio-económico crucial: o da perceção ao longo dos tempos, por parte do senhor desta casa ou dos seus arrendatários, de importante soma de foros a si devidos enquanto titular da donataria/senhório do concelho, direitos cada vez mais dificultosa e litigiosamente recuperados e arrecadados desde a última década de setecentos até à entrada da primeira experiência liberal de oitocentos, como vemos de singular sentença cível da Relação do Porto a favor de Gonçalo de Lemos Coelho, morador na Casa de Oleiros, Borba de Godim, um arrastado processo apenas concluído em Janeiro de 1821...

É verdade que a natureza da Casa de Simões não foi, nem facilmente poderia ser ignorada pela autora, que se lhe refere entre os senhórios diretos da propriedade no espaço de Moure (p. 40), partilhando essa natureza com cenóbios como Pombeiro, Caramos e mesmo Tibães. Mas importaria sublinhar aqui a destriça entre foros percebidos de direitos e bens da coroa e aqueles resultantes de contratos entre as instituições monásticas referidas e os particulares, bem como importaria perceber ou questionar sobre qual o peso da exploração agrícola “direta” das terras envolventes desta casa relativamente ao peso dos

contratos enfiteúticos que foi celebrando desde o século XVII. Finalmente, diante de tão rica e “falante” profusão de elementos patrimoniais informativos, falta e não seria difícil uma sumária leitura heráldica do portal armoriado, um brevíssimo apontamento de leitura sobre o significado sócio-cultural e histórico das fontes do amplíssimo e belo terreiro, sobre a configuração dos jardins da casa e, sobretudo, sobre a arquitetura, volumetria e características formais dos distintos corpos desta casa, em que é patente uma representação social cortesã e palaciana derivada do estatuto senhorial e nobiliárquico dos seus senhores.

Ainda no plano da história social (em que os dados referentes a caseiros, cabaneiros, jornaleiros e mendigos são muito deficitários em relação aos dos proprietários, à partida privilegiados pelo registo documental/fiscal dos seus bens), conviria algum dia analisar as tensões sociais do campesinato no concelho de Felgueiras e Vale do Sousa durante a crise do liberalismo, nomeadamente nos convulsivos momentos da *Maria da Fonte* e da *Patuleia*. Para já, em conexão com esta casa e família de Simões, conviria analisar arquivisticamente a evolução concelhia da questão dos forais, quando com a passagem de setecentos para oitocentos se tornava cada vez mais flagrante uma contestação surda ao senhorialismo bem como aos direitos tradicionais dos povos, visando as burguesias rurais, em convergência com as câmaras, privatizar com «tapadas» e «sortes» terrenos de monte, outrora livres à utilização comunal. Não é difícil perceber a ligação estreita deste tipo de questões e aspirações populares com a ocupação e «exploração do espaço» e a evolução demográfica, focos principais da atenção da autora.

Pedro Vilas Boas Tavares

CITCEM – Universidade do Porto